

ÍNDICE

ABREVIATURAS

7

PARTE I O DIREITO DA FAMÍLIA

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DA FAMÍLIA	11
1. O Direito da Família como ramo de Direito	11
2. Princípios gerais do Direito da Família	13
3. As diversas relações jurídicas familiares e parafamiliares.	16

PARTE II O CASAMENTO

CAPÍTULO II – QUESTÕES GERAIS SOBRE O CASAMENTO	21
1. Conceito de casamento	21
2. A evolução histórica do casamento	23
2.1. A evolução histórica geral	23
2.2. A evolução histórica do casamento em Portugal.	31
3. A promessa de casamento	40
4. Modalidades de casamento: o casamento civil e o casamento católico	43
CAPÍTULO III – OS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS	45
1. Generalidades	45
2. Os impedimentos dirimentes absolutos	46
2.1. Generalidades	46
2.2. A ausência de idade nupcial	47
2.3. A demência notória e a decisão de acompanhamento que assim o determine	47
2.4. O casamento anterior não dissolvido	51

3.	Os impedimentos dirimentes relativos	52
3.1.	Generalidades	52
3.2.	O parentesco na linha recta	53
3.3.	A relação anterior de responsabilidades parentais	53
3.4.	O parentesco no segundo grau da linha colateral	53
3.5.	A afinidade na linha recta	53
3.6.	A condenação anterior de um dos nubentes como autor ou cúmplice de homicídio doloso, ainda que não consumado, contra o cônjuge do outro	54
3.7.	A eficácia dos impedimentos dirimentes relativos, independentemente do estabelecimento da filiação biológica	54
4.	Os impedimentos impeditentes	55
4.1.	Generalidades	55
4.2.	A falta de autorização dos pais ou do tutor para o casamento do nubente menor	56
4.3.	O parentesco no terceiro grau da linha colateral	57
4.4.	O vínculo de tutela, acompanhamento de maior ou administração legal de bens	57
4.5.	O vínculo de apadrinhamento civil	58
4.6.	A pronúncia do nubente pelo crime de homicídio doloso, ainda que não consumado contra o cônjuge do outro	59
5.	Os impedimentos à celebração do casamento católico	60
CAPÍTULO IV – O PROCESSO DE CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO		63
1.	Generalidades	63
2.	O processo preliminar de casamento	64
3.	A celebração do casamento	65
4.	A celebração dos casamentos urgentes	68
5.	O registo do casamento	70
CAPÍTULO V – OS VALORES NEGATIVOS DO CASAMENTO		73
1.	Generalidades	73
2.	Os valores negativos do casamento civil	73
2.1.	Generalidades	73
2.2.	A inexistência do casamento	74
2.2.1.	Generalidades	74
2.2.2.	A celebração do casamento por quem não tinha competência funcional para o acto	75
2.2.3.	A não homologação do casamento urgente	75
2.2.4.	A falta da declaração de vontade de um ou de ambos os nubentes ou do procurador de um deles	76

2.2.5. A celebração do casamento por intermédio de procurador, tendo-se verificado a extinção ou a invalidade da procuração	77
2.3. A anulabilidade do casamento	78
2.3.1. Regime geral	78
2.3.2. A anulabilidade fundada em impedimento dirimente	80
2.3.3. A anulabilidade fundada em falta ou vícios da vontade	81
2.3.3.1. Generalidades	81
2.3.3.2. A anulabilidade fundada em falta da vontade	81
2.3.3.3. A anulabilidade fundada em vícios da vontade	85
2.3.4. A anulabilidade fundada na falta de testemunhas, quando legalmente exigida	89
3. Os valores negativos do casamento católico	89
CAPÍTULO VI – OS EFEITOS PESSOAIS DO CASAMENTO	93
1. Generalidades	93
2. A alteração do estado civil	93
3. A possibilidade de aquisição da nacionalidade portuguesa	94
4. A possibilidade de alteração do nome	95
5. A direcção da família por ambos os cônjuges	96
6. Os deveres recíprocos dos cônjuges	97
6.1. Generalidades	97
6.2. O dever de respeito	98
6.3. O dever de fidelidade	99
6.4. O dever de coabitação	99
6.5. O dever de cooperação	100
6.6. O dever de assistência	101
6.6.1. Generalidades	101
6.6.2. A obrigação de prestação de alimentos entre cônjuges	102
6.6.3. A obrigação de contribuir para os encargos da vida familiar	104
CAPÍTULO VII – OS EFEITOS PATRIMONIAIS DO CASAMENTO	107
1. Generalidades	107
2. As convenções antenupciais	107
2.1. Generalidades	107
2.2. Capacidade para a celebração das convenções antenupciais	109
2.3. Forma e publicidade das convenções antenupciais	109
2.4. Conteúdo das convenções antenupciais	110
2.4.1. Generalidades	110
2.4.2. A estipulação do regime de bens do casamento	110
2.4.3. A estipulação de pactos sucessórios	113

2.4.4. A estipulação de doações para casamento	113
2.4.5. A estipulação de cláusulas acessórias	114
2.5. A eficácia da convenção antenupcial	114
3. Os regimes de bens	115
3.1. Generalidades	115
3.2. O regime de bens supletivo	117
3.3. O regime da comunhão de adquiridos	118
3.4. O regime da comunhão geral	125
3.5. O regime da separação de bens	128
3.6. Alterações à convenção antenupcial e ao regime de bens	129
4. A administração dos bens dos cônjuges	131
5. A disposição dos bens dos cônjuges	135
5.1. Generalidades	135
5.2. Os actos de disposição de bens entre vivos	135
5.3. Os actos de disposição de bens por morte	139
6. O regime das dívidas dos cônjuges	140
6.1. A legitimidade para a contracção de dívidas	140
6.2. Dívidas comunicáveis a ambos os cônjuges	140
6.3. Dívidas da responsabilidade exclusiva de um dos cônjuges	144
6.4. Bens que respondem pelas dívidas de ambos e de cada um dos cônjuges	145
 CAPÍTULO VIII – MODIFICAÇÃO DOS EFEITOS DO CASAMENTO	 147
1. Generalidades	147
2. A separação judicial de bens	147
3. A separação judicial de pessoas e bens	149
 CAPÍTULO IX – DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO	 153
1. Generalidades	153
2. A dissolução do casamento por morte	153
3. A dissolução do casamento por divórcio	157
3.1. Generalidades	157
3.2. O divórcio por mútuo consentimento	157
3.3. O divórcio sem consentimento do outro cônjuge	159
3.4. Efeitos do divórcio	162
3.4.1. Generalidades	162
3.4.2. A partilha dos bens comuns	162
3.4.3. A perda do direito ao nome do outro cônjuge	164
3.4.4. A perda dos benefícios recebidos ou a receber do outro cônjuge ou de terceiro, em vista do casamento ou em consideração do estado de casado	164

3.4.5. A possibilidade de o tribunal dar de arrendamento a um dos cônjuges a casa de morada de família	165
3.4.6. A possibilidade de transmissão ou concentração do arrendamento incidente sobre a casa de morada da família	167
3.4.7. A responsabilidade civil em caso de divórcio	168
3.4.8. O enriquecimento sem causa em caso de divórcio	171

PARTE III

O PARENTESCO, EM ESPECIAL A FILIAÇÃO

CAPÍTULO X – O PARENTESCO	177
1. Conceito e modalidades de parentesco	177
2. Evolução histórica do parentesco	180
2.1. Evolução histórica geral	180
2.2. Evolução histórica do parentesco em Portugal	182
3. Efeitos do parentesco	186
CAPÍTULO XI – A FILIAÇÃO E O SEU ESTABELECIMENTO	189
1. A filiação como principal categoria do parentesco	189
2. O estabelecimento da filiação	190
2.1. Generalidades	190
3. O estabelecimento da maternidade	192
3.1. Generalidades	192
3.2. A declaração de maternidade	192
3.3. A averiguação oficiosa da maternidade	194
3.4. O reconhecimento judicial de maternidade	195
3.4.1. Generalidades	195
3.4.2. Legitimidade activa e passiva na acção de investigação	195
3.4.3. Prazo para a propositura da acção	196
3.4.4. Direito a alimentos	196
3.4.5. Prova da maternidade	197
4. O estabelecimento da paternidade	197
4.1. Generalidades	197
4.2. A presunção de paternidade	198
4.3. A perfilhação	202
4.4. A averiguação oficiosa da paternidade	206
4.5. O reconhecimento judicial da paternidade	208
4.5.1. Generalidades	208
4.5.2. Legitimidade activa e passiva na acção de investigação	208

4.5.3. Prazo para a propositura da acção	209
4.5.4. Direito a alimentos	210
4.5.5. Prova da paternidade	210
CAPÍTULO XII – A PROcriação Medicamente Assistida	215
1. Generalidades	215
2. Princípios gerais da procriação medicamente assistida	216
2.1. Generalidades	216
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	217
2.3. Princípio da não discriminação	219
2.4. Princípio da subsidiariedade	221
2.5. Princípio da decisão médica	222
2.6. Princípio do consentimento informado	222
2.7. Princípio da confidencialidade	223
2.8. Princípio da gratuidade	225
3. Beneficiários da procriação medicamente assistida	226
4. Técnicas de procriação medicamente assistida	226
4.1. Generalidades	226
4.2. A inseminação artificial	228
4.3. A inseminação artificial <i>post mortem</i>	231
4.4. A fertilização <i>in vitro</i>	233
4.5. A injeção intracitoplásmica de espermatozóides	234
4.6. A transferência intratubária de gâmetas	235
4.7. A transferência intratubária de zigotos	235
4.8. A transferência intratubária de embriões	235
4.9. O diagnóstico genético pré-implantação	235
4.10. A gestação de substituição	236
4.10.1. Generalidades	236
4.10.2. O contrato de gestação	237
4.10.3. Efeitos da procriação através de gestação de substituição	240
5. A filiação obtida através da procriação medicamente assistida	241
CAPÍTULO XIII – EFEITOS DA FILIAÇÃO	243
1. Generalidades	243
2. Efeitos gerais da filiação	243
2.1. Generalidades	243
2.2. A atribuição ao filho do seu nome próprio e dos apelidos dos progenitores	243
2.3. A atribuição ao filho da nacionalidade portuguesa	246
2.4. Os deveres recíprocos entre pais e filhos	247

2.4.1. Generalidades	247
2.4.2. O dever de respeito	248
2.4.3. O dever de auxílio	249
2.4.4. O dever de assistência	250
CAPÍTULO XIV – AS RESPONSABILIDADES PARENTAIS	251
1. Generalidades	251
2. As responsabilidades parentais em relação às pessoas dos filhos	252
3. As responsabilidades parentais em relação aos bens dos filhos	256
3.1. Generalidades	256
3.2. A administração dos bens dos filhos	256
3.3. A representação dos filhos	258
4. Exercício das responsabilidades parentais	260
4.1. Generalidades	260
4.2. Exercício das responsabilidades parentais por ambos os progenitores	261
4.3. Exercício das responsabilidades parentais apenas por um dos progenitores	265
4.4. Exercício conjunto das responsabilidades parentais por um dos progenitores e pelo seu cônjuge ou unido de facto	266
4.5. Exercício das responsabilidades parentais por terceira pessoa	267
5. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	267
5.1. Generalidades	267
5.2. A inibição de pleno direito	268
5.3. A inibição por decisão judicial	268
5.4. A inibição total ou parcial	269
5.5. A limitação ao exercício das responsabilidades parentais	269
6. Meios de suprir as responsabilidades parentais	270
6.1. Generalidades	270
6.2. A tutela	271
6.2.1. Generalidades	271
6.2.2. Casos de sujeição a tutela	271
6.2.3. Designação do tutor, do conselho de família e do protutor	272
6.2.4. Competências dos órgãos de tutela	274
6.2.5. Extinção da tutela	277
6.3. A administração de bens	278
6.3.1. Generalidades	278
6.3.2. Casos de sujeição a administração de bens	278
6.3.3. Direitos e deveres do administrador de bens	279
6.3.4. Extinção da administração de bens	279

CAPÍTULO XV – A PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO	281
1. Generalidades	281
2. Pressupostos da intervenção para protecção das crianças e jovens em perigo	281
3. O procedimento de intervenção para protecção das crianças e jovens em perigo	282
4. As medidas de promoção e protecção das crianças e jovens em perigo	286

PARTE IV
A ADOPÇÃO

CAPÍTULO XVI – QUESTÕES GERAIS SOBRE A ADOPÇÃO	295
1. Conceito de adopção	295
2. Evolução histórica da adopção	296
2.1. A evolução histórica geral	296
2.2. A evolução histórica da adopção em Portugal	299
CAPÍTULO XVII – PRESSUPOSTOS DA ADOPÇÃO	305
1. Generalidades	305
2. Requisitos gerais da adopção	305
3. Requisitos específicos para a adopção	306
4. O consentimento necessário à adopção	307
CAPÍTULO XVIII – EFEITOS DA ADOPÇÃO	311
1. Generalidades	311
2. A aquisição pelo adoptado do estatuto de filho do adoptante	311
3. A integração na família do adoptante	312
4. A extinção das relações familiares entre o adoptado e a sua família de origem	312
5. Outros efeitos da adopção	314
6. Extinção da adopção	315
CAPÍTULO XIX – O PROCESSO DE ADOPÇÃO	319
1. Generalidades	319
2. O processo de adopção nacional	319
3. O processo de adopção internacional	324
3.1. Generalidades	324
3.2. A adopção de crianças residentes em Portugal por candidatos residentes no estrangeiro	325
3.3. A adopção de crianças residentes no estrangeiro por candidatos residentes em Portugal	327

PARTE V
A AFINIDADE

CAPÍTULO XX – A AFINIDADE	331
1. Conceito de afinidade	331
2. Evolução histórica da afinidade	332
3. Efeitos da afinidade	335
4. Extinção da afinidade	337

PARTE VI
AS SITUAÇÕES JURÍDICAS PARAFAMILIARES

CAPÍTULO XXI – A UNIÃO DE FACTO	341
1. Generalidades	341
2. Pressupostos da união de facto	342
3. A prova da união de facto	344
4. Impedimentos à união de facto	346
5. Efeitos da união de facto	348
5.1. A não aplicação à união de facto do regime do casamento	348
5.2. A protecção da casa de morada de família	351
5.3. A equiparação dos unidos de facto aos cônjuges para efeitos do regime da função pública e do regime laboral	353
5.4. A equiparação dos unidos de facto aos cônjuges para efeitos fiscais	353
5.5. A protecção social dos unidos de facto	354
5.6. A possibilidade de aquisição da nacionalidade portuguesa	355
5.7. Os efeitos da união de facto em relação à procriação, adopção e exercício das responsabilidades parentais	355
5.8. Os efeitos da união de facto em caso de acompanhamento de maior	356
6. O enriquecimento sem causa na união de facto	356
7. Extinção da união de facto	358
8. Natureza jurídica da união de facto	360
CAPÍTULO XXII – A ECONOMIA COMUM	363
1. Generalidades	363
2. Impedimentos à economia comum	363
3. Efeitos da economia comum	364

CAPÍTULO XXIII – O APADRINHAMENTO CIVIL	365
1. Generalidades	365
2. Pressupostos do apadrinhamento civil	367
2.1. Generalidades	367
2.2. Requisitos em relação ao afilhado	367
2.3. Requisitos em relação aos padrinhos	368
2.4. O consentimento necessário ao apadrinhamento civil	368
3. Constituição do apadrinhamento civil	370
4. Alargamento do apadrinhamento civil	371
5. Efeitos do apadrinhamento civil	372
6. Extinção do apadrinhamento civil	375

PARTE VII
OS ALIMENTOS

CAPÍTULO XXIV – A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS	379
1. Generalidades	379
2. Pressupostos da obrigação legal de alimentos	380
2.1. Generalidades	380
2.2. A existência de uma relação jurídica familiar ou parafamiliar, actual ou passada, que determine a imposição dessa obrigação	380
2.3. A necessidade de quem pede os alimentos	382
2.4. A possibilidade por parte do obrigado à sua prestação	382
3. A constituição da obrigação de alimentos por negócio jurídico.	383
4. Exclusão da obrigação de alimentos	383
5. Regime da obrigação de alimentos	384
6. Vicissitudes da obrigação de alimentos	387
7. Extinção da obrigação de alimentos	387
 BIBLIOGRAFIA	 389